

RESENHA

FORMAS, SUJEITOS E FORÇAS EDUCATIVAS: DESAFIOS PARA A HISTÓRIA E PARA A EDUCAÇÃO (DO IMPÉRIO E DA ATUALIDADE)

Forms, strengths and educational subject: challenges for History and Education (The empire and Present)

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. *Educação, poder e sociedade no Império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca básica da história da educação brasileira).

Antoniette Camargo de Oliveira¹
Wenceslau Gonçalves Neto²

Nos tempos atuais, marcados pelo esquecimento, o conteúdo deste livro nos chama a atenção para a necessidade da História, cuja feitura é considerada pelos autores uma arte. Os pontos centrais desse “fazer” passariam, no caso aqui, pela periodização, pelo entendimento do que seja educação, – cujas formas (institucionalizadas ou não) são ampliadas e consideradas – e pela idéia de Brasil, o qual se pretendeu construir e ou “inventar” através, dentre outros, da educação. Nesse sentido, trata-se de um panorama singular para os historiadores e profissionais das ciências humanas de uma maneira geral.

Os autores dividiram o livro em quatro partes ou capítulos, além de um último item em que eles apontam, mais rapidamente, os *Desafios para a História da Educação*; o que não deixa de ser feito ao longo de todos os capítulos. O primeiro destes, intitulado *Formas do Brasil e Formas da Educação*, indica nossa necessidade de revisar a História da Educação Imperial a partir dos manuais ou clássicos dessa área de estudo e pesquisa. Nesse aspecto vão afirmar que, diferentemente do que está dito nos clássicos, o século XIX não foi isento de embates quanto à construção do Brasil nação ou mesmo do povo brasileiro, inclusive por meio da educação. Educação esta longe de ser apenas a escolar, formal e ou intencional, nem tampouco aquela educação “uniforme, indiferenciada ou contínua” (p.38). Assim, afirmam que o oitocentos foi heterogêneo nas suas “formas de educação e de apropriação dos modelos educacionais” e, nesse sentido, “fértil de debates, iniciativas e práticas educativas” (p.19); com isso, desconstroem a representação que tem o período imperial no Brasil, enquanto vazio, atrasado, sombrio, semelhante ao que se retratou a respeito da Idade Média na Europa. Logicamente que tal quadro é apreendido no livro através de pesquisas historiográficas as mais recentes.

Foi nessa perspectiva que Gondra e Schueler buscaram “produzir uma síntese, ainda que provisória e incompleta, da educação brasileira no período do império” (p.293), apesar da impossibilidade de mapear a produção acadêmica das últimas décadas, dado a grande quantidade e especificidade dos trabalhos, no que tange a períodos, localidades, objetos, problemáticas. De qualquer forma, ao longo de todo o livro somos despertados,

¹ Mestre em História pela Universidade Federal de Uberlândia, doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação na linha de pesquisa História e Historiografia da Educação, UFU. Contato: antoniette@bol.com.br.

² Doutor em História pela USP. Professor do Instituto de História e dos Programas de Pós-Graduação em Educação e em História da Universidade Federal de Uberlândia. Contato: wenceslau@ufu.br.

provocados mesmo a reexaminar aquela História do Brasil (imperial) que estudamos, remota ou recentemente, no sentido de descortiná-la de outro modo. Ademais, os autores apontam sistematicamente para lacunas que precisamos preencher, a partir de muitas das suas próprias reflexões e questões.

Sua tentativa é de, ao mesmo tempo, indicar as mudanças políticas e econômicas ocorridas desde um pouco antes, quando o país foi colônia de Portugal, passando pelo período de expulsão dos Jesuítas do império luso-brasileiro, bem como pelo processo de “interiorização da metrópole”, até chegar aos anos 1.800. Século em que, segundo os autores, se deu a “invenção do Brasil” e dos brasileiros, através de

[...] ações que visavam promover um corpo de especialistas produtores de conhecimento científico, os quais colaborariam para difundir a língua pátria, constituir a literatura nacional e conhecer a natureza, o território e a população do Império. (p.28).

Serviria para constituir também as tradições, os símbolos, enfim, uma identidade nacional. De qualquer forma, os autores mostram que tal processo não se deu sem resistência por parte daqueles que se sentiam prejudicados ou excluídos (sendo que aqui uma atenção especial foi dada aos negros e às mulheres, no quarto capítulo). Da mesma forma houve diferenças entre as várias regiões brasileiras, muitas das quais ainda não foram historicizadas na perspectiva da educação, o que dificulta uma síntese mais completa. Mas está claro que os autores, apesar das muitas generalizações em termos de Brasil, □ no que tange tanto à sua História política, econômica e social, quanto à sua trajetória educacional, □ enfatizaram aspectos principalmente da Corte Imperial e de algumas de suas Províncias, o que sem dúvida serve de referência para outros trabalhos.

O terceiro capítulo, *As Formas Educativas*, é o mais complementar ao primeiro (*Formas do Brasil e Formas da Educação*), ao qual já fizemos referência. Nele são tratados os diversos “tipos” de instituições educacionais ou modelos de educação escolar, os quais colaboraram tanto para transformar a nação brasileira quanto foram transformados por ela. Os autores dividiram suas abordagens sobre as formas educativas em: *Escolas elementares; Internatos e asilos, Colégios e liceus* e, por fim, *Faculdades e academias superiores*. Para tanto, eles consideram: 1º) os ideais em que essa educação oitocentista se baseou, sendo os principais: progresso e civilização; 2º) a diversidade populacional do país (que aprofundam no capítulo quatro); e 3º) as inúmeras práticas educativas que conviveram entre si (religiosa, familiar, profissional, artesanal, dentre outras), bem como seus “professores”, leigos, religiosos, padres, capelães de engenhos, preceptores, mestres particulares, enfim.

No segundo capítulo, três grandes grupos foram sistematizados nas suas iniciativas e conteúdos, enquanto principais *Forças Educativas* dos anos oitocentos. O Estado (Poder público), as Igrejas (Ação religiosa) e a Sociedade Civil (Ação dos homens ilustrados através de grêmios, sociedades e academias). Forças estas, plurais e diferentes, que agiram ao longo do século XIX, ou concorrendo ou cooperando entre si. Os autores

procuram apontar para os interesses de cada uma dessas forças ou grupos, lançando mão principalmente da legislação, mas também, é claro, das reflexões e considerações resultantes dos diversos trabalhos acadêmicos mais atuais.

Quanto ao *Poder público*, a questão do centro como condutor da periferia, ou do etnocentrismo, tendo os países mais avançados como modelos de civilidade e progresso, desconsiderando as características e problemas locais, regionais, nacionais ou ainda a repressão a qualquer idéia que fosse contrária ao pensamento do poder centralizado, era o que imperava. Quanto à Ação e *organização religiosa*, principalmente da Igreja católica, esta se deu, segundo os autores, por dentro do aparelho do Estado, sendo que a cumplicidade foi então uma marca da relação entre essas duas forças. Gondra e Schueler também não deixam de apontar rapidamente para outras religiões e respectivos projetos de sociedade. Quanto à Ação dos *homens ilustrados*, através de diversas organizações, igualmente enquanto forças educativas formais ou informais, isoladas ou em redes, educativas e instrutivas, na sua maioria instrumentos de civilização, os autores apontam, por exemplo, para

[...] as confrarias, as irmandades religiosas e leigas, as lojas maçônicas, os grêmios, as academias, as sociedades corporativas ou profissionais, científicas, literárias, filantrópicas, pedagógicas e científicas, os institutos de pesquisa, bem como os espaços e lugares de divulgação e circulação de idéias e projetos de civilização e educação, que adquiriram significado crucial na sociedade oitocentista. Dentre tais espaços, podemos ressaltar a imprensa periódica, jornais, revistas, livros, panfletos, brochuras, impressos e manuscritos; as tipografias, editoras e livrarias; os saraus dançantes, literários e musicais; o teatro e as artes; e, mais para o final do século, os cafés. (p.64).

Isso fora os espaços de sociabilidade informais, que também eram muitos e com igual função, muitos deles praticamente intocados enquanto objetos da História na perspectiva da Educação.

Quanto aos *Sujeitos da Ação Educativa* tratados no quarto capítulo, os autores foram extremamente felizes quando, refletindo sobre tais sujeitos no período imperial, nos fazem pensar sobre nós, também sujeitos da ação educativa no período atual: negros, crianças, professores, índios, meninas e mulheres. Indicam, por exemplo, como se deu o processo de profissionalização do ser professor e até mesmo de que maneira pode ter tido início uma espécie de hierarquização e ou a concorrência interna a essa categoria profissional através de seleções, nomeações, exames, mecanismos de controle e conformação, enfim, e que tiveram continuidade ao longo dos séculos XX e XXI. Da mesma maneira é possível perceber que houve resistência, através, entre outros, de associações e publicações; o que não encerra os debates nem a demanda por novos estudos. Ainda quanto a esse sujeito (*Professor*), os autores nos dão indicativos a respeito de nossa formação, nos levando a refletir sobre possibilidades nesse sentido que vieram sendo refutadas, mas que mereceriam ser apreendidas e reelaboradas, na busca de uma

melhor qualidade docente; é o caso da “formação pela prática oficializada pela política de recrutamento dos professores adjuntos do regulamento de 1854”. (p.196).

Quanto aos sujeitos *meninas e mulheres*, destacamos as indicações a respeito da feminização da profissão docente, o que também ocorreu como um processo, apontado por Gondra e Schueler por meio de diversos outros autores a que fazem referência.

Em relação aos *Negros* e sua educação, escolar ou não, alguns estudos são reveladores da experiência deste grupo nos anos oitocentos, em que se amalgamavam os limites entre a escravidão, a liberdade e a cidadania. Os trabalhos que apontam para questões como: sua presença nas escolas imperiais; as tensões e contradições inerentes à inclusão ou não de afro-descendentes na escola primária; o tipo ou o caráter da educação que se desejava a este grupo, são um sinal das demandas por pesquisas em História da Educação. O debate atual sobre a questão das cotas para negros no ensino superior pode encontrar nesta parte do livro inúmeras asserções e ponderações a respeito.

Em relação aos *índios*, o que fica mais evidenciado é nosso pouco entendimento e a estrutura praticamente inexistente para uma educação minimamente adequada aos mesmos. Trata-se de grupos pequenos, isolados em locais de difícil acesso, com língua e cultura diferentes entre si e outros problemas mais. Se hoje há pelo menos essa percepção, no período imperial pautava-se simplesmente na pretensão a respeito da assimilação dos índios à cultura dita civilizada e se esta deveria se dar de forma branda ou abrupta.

No que diz respeito às *crianças*, as preocupações maiores no século XIX pautaram-se inicialmente por classificar a duração da infância, no caso e, a partir daí, qual o melhor “tratamento” para cada fase; quais os locais mais adequados (considerando a questão da higiene, por exemplo); quais os conteúdos e os métodos de ensino mais apropriados, enfim. De qualquer forma, ao assinalarem com várias referências, de que maneira a infância veio sendo reconhecida em certas fases e localidades do período imperial, os autores, no mínimo, colaboram para novas propostas de pesquisa e novas reflexões.

Recebido em dezembro de 2008
Aprovado em fevereiro de 2010